

VIVER PREVIDÊNCIA

CNPJ: 33.767.492/0001-02

CARTA PATENTE SUSEP Nº. 093

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Entidade coloca à disposição de V.Sas. para apreciação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **DESEMPENHO FINANCEIRO** - A liquidez em relação ao Capital de Risco é de 78%, superando o mínimo estabelecido pela SUSEP de 20%. A suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado de R\$ 37 milhões em relação ao Capital Mínimo Requerido é de 358%. O Superávit do exercício foi de R\$ 591 mil, afetado pelas contabilizações mencionadas na Nota 24 - Fato Relevante, mas o Resultado Abrangente do Exercício foi de R\$ 3 milhões. **PLANO DE REINVESTIMENTO** - A Entidade continuará a reinvestir parte do superávit acumulado de exercícios anteriores nos mercados de renda fixa, oferecidos

por instituições financeiras que possuem muito boa qualidade financeira, bem como na realização de projetos de expansão de vendas. **NEGÓCIOS SOCIAIS** - Em relação aos negócios sociais, os mesmos se constituíram principalmente na operação de planos de previdência complementar voltados para atender todas as classes sociais. **DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA** - Em atenção à Circular SUSEP nº 517/2015, declaramos que a Entidade possui capacidade financeira compatível com as suas operações. **PLANO DE NEGÓCIOS** - Para o triênio de 2019 a 2021, apostando a perspectiva de crescimento do Mercado de Previdência Complementar e da própria Viver, destacando 53% de aumento na arrecadação com planos de previdência nos últimos 6 anos, a Viver fará novas parcerias e novos convênios, visando sua estratégia de crescer solidamente em nichos de mercado não disputados por grandes instituições, atingindo principalmente as classes C e D. A Administração espera também ter um forte incremento em assistência financeira a seus participantes, reforçando a capacidade da Viver Previdência dentro do

cenário de forte competição, para buscar, nesse e nos próximos anos, o incremento de seus negócios. Objetivando a redução do risco, será estudada a securitização de parte da carteira de Assistência Financeira. Com os índices de melhoria na economia, a Administração espera alienar os imóveis com maior velocidade, nesse e nos próximos anos. O departamento atuarial da Viver está elaborando um estudo de revisão das provisões, cujos trabalhos preliminares apontam uma redução no valor da Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR). Faz parte do planejamento estratégico da Entidade o crescimento de sua base de participantes e sua transformação de sociedade civil, sem fins lucrativos, para sociedade anônima, através do aumento de capital obtido junto aos parceiros investidores e/ou aquisição de sociedade anônima. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** - Afirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na Administração da Viver. Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em Reais)		Exercício findo em	
	Notas	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO			
CIRCULANTE			
Disponível		27.406.689,08	26.784.336,08
Caixa e Bancos		1.250.133,20	347.003,67
Aplicações	4	4.938.550,79	4.506.443,80
Créditos das Operações com Previdência Complementar			
Valores a Receber		742.880,08	635.717,42
Títulos e Créditos a Receber		742.880,08	635.717,42
Títulos e Créditos a Receber	10	1.638.112,63	865.715,36
Créditos Tributários e Previdenciários		171,45	239,55
Assistência Financeira a Participantes	12	4.620.213,15	3.991.886,94
Outros Créditos	13	58.693,82	304.659,49
Outros Valores e Bens			
Bens à Venda	14	14.128.221,44	16.100.952,80
Despesas Antecipadas		29.712,52	31.706,95
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Aplicações	4	7.075.308,12	7.911.454,44
Títulos e Créditos a Receber		9.766.206,17	9.573.986,32
Títulos e Créditos a Receber	10	2.425.010,65	2.396.704,42
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	400.631,27	127.190,72
Assistência Financeira a Participantes	12	6.715.520,37	6.815.790,82
Outros Créditos Operacionais	13	225.043,88	234.300,36
Empréstimos e Depósitos Compulsórios		36.018,47	36.018,47
Investimentos	15	3.224.545,24	53.545,24
Imóveis Destinados à Renda		3.224.545,24	53.545,24
Imobilizado	16	1.217.460,93	1.270.121,78
Imóveis de Uso Próprio		1.147.980,50	1.171.685,78
Bens Móveis		69.480,43	98.435,98
Intangível	17	685.462,53	754.195,90
Outros Intangíveis		685.462,53	754.195,90
TOTAL DO ATIVO		49.411.690,54	46.383.658,21

PASSIVO		Exercício findo em	
	Notas	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Contas a Pagar		4.005.540,80	4.659.745,58
Obrigações a Pagar	18	863.004,81	522.566,78
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		645.320,41	311.415,05
Encargos Trabalhistas		61.844,00	49.526,66
Impostos e Contribuições		90.951,83	87.214,01
Depósitos de Operações com Previdência Complementar			
Outros Depósitos Operacionais		64.888,57	74.416,03
Depósitos de Terceiros	19	18.670,48	14.916,03
Provisões Técnicas-Previdência Complementar	20	984.686,65	714.163,20
Planos Bloqueados		2.139.178,86	3.408.099,57
Planos não Bloqueados		78.510,67	96.629,81
TOTAL DO PASSIVO		2.060.668,19	3.311.469,76

PASSIVO NÃO CIRCULANTE		Exercício findo em	
	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	20	12.369.410,32	11.615.683,62
Planos Bloqueados		6.761.218,92	6.137.238,44
Planos não Bloqueados		564.534,80	578.057,44
Outros Débitos	21	6.196.684,12	5.559.181,00
Provisões Judiciais		5.608.191,40	5.478.445,18
TOTAL DO PASSIVO		21.506.039,56	20.387.606,64

PATRIMÔNIO SOCIAL DE EAPC S/FINS LUCRATIVOS		Exercício findo em	
	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Reservas Patrimoniais		19.847.942,27	19.847.942,27
Reservas de Retenção de Superávits		1.734.023,25	1.560.660,72
Ajustes de Avaliação Patrimonial	15	2.337.628,12	(247,07)
Superávits Acumulados		9.117.145,78	8.699.873,09
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL		33.036.739,42	30.108.229,01

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

Discriminação		Reservas de		Ajustes TVM		Superávits ou Débitos Acumulados		Total	
		Patrimoniais	Retenção de Superávits / Avaliação Patrimonial						
Saldos anteriores em 31 de dezembro de 2016		19.847.942,27	1.277.943,12			6.580.672,52		27.706.557,91	
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(247,07)		-		(247,07)	
Superávit do Exercício		-	-			2.401.918,17		2.401.918,17	
Proposta para Destinação do Superávit		-	-			-		-	
Reservas para Contingências de Benefícios		-	-			-		-	
Saldos finais em 31 de dezembro de 2017		19.847.942,27	1.560.660,72	(247,07)		8.699.873,09		30.108.229,01	
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	298,31		-		298,31	
Ajustes de Avaliação ao Valor Justo de Propriedades para Investimento		-	-	2.337.576,88		-		2.337.576,88	
Superávit do Exercício		-	-			590.635,22		590.635,22	
Proposta para Destinação do Superávit		-	-			-		-	
Reservas para Contingências de Benefícios		-	-			-		-	
Saldos finais em 31 de dezembro de 2018		19.847.942,27	1.734.023,25	2.337.628,12		9.117.145,78		33.036.739,42	

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - Viver Previdência, Entidade Aberta de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A sua gestão é exercida pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Entidade, compostos por conselheiros eleitos, oriundos do quadro de participantes da Entidade. **a) Ramos de Atuação** - Tem como objetivo operacional a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda. Além disso, a Entidade atua com um Programa de Assistência Financeira aos seus Participantes. **b) Regiões do País em que opera** - Atuação em todo território nacional, conforme autorização concedida pela SUSEP. **2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO** - Foram elaboradas, conforme a Circular SUSEP nº 517/2015, observadas as alterações nas normas contábeis. Elaboradas também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo CNSP e incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs, aprovados pela SUSEP. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, assim como as demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as quais tiveram, quando aplicável, suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício atual. A Diretoria Executiva, mediante reunião realizada em 08/02/2019, autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2018. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - a. **Auração do Resultado** - apurado segundo o Regime de Competência pelo reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, no resultado do período em que ocorreram. **b. Aplicações** - A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias (Nota 4): **1) Mantidos até o Vencimento**: Ativos não passíveis de negociação e registrados pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos, reconhecidos no resultado do período. **2) Disponíveis para Venda**: Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo valor justo. Os ganhos e as perdas não realizados são reconhecidos em Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Os rendimentos são reconhecidos em Resultado Financeiro, na Demonstração do Resultado; **3) Determinação do Valor Justo**: O valor unitário da quota do fundo de investimento é determinado pela instituição financeira e considera a valorização dos títulos públicos que compõem a carteira pelo valor de mercado. Para os títulos privados cuja rentabilidade é estabelecida tendo como base as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI) ou por taxas prefixadas, consideram-se as características do resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o valor justo; **c. Créditos das Operações - Valores a Receber** - **Previdência Complementar** - contribuições reconhecidas pela emissão e/ou vigência do risco, o que ocorrer primeiro (Nota 9); **d. Títulos e Créditos a Receber** - **1) Títulos e Créditos a Receber - Créditos a Receber** - demonstrados pelo valor principal acrescido do ganho pela competência em períodos futuros, que estão demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 10); **2) Assistência Financeira a Participantes** - demonstradas pelo valor principal acrescido dos juros pré-fixados de competência de períodos futuros, demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 12); **e. Investimentos** - representados por terrenos e edificações destinados a renda e/ou valorização do capital (propriedades para investimento), antes avaliados pelo método de custo histórico e agora pelo valor justo com base em preços de mercado, exceto quando não for possível mensurar com confiabilidade. A diferença positiva entre o valor do custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, quando aplicável, e, o seu valor justo foi creditada diretamente no patrimônio social, em ajustes de avaliação patrimonial. As variações no valor justo, após o reconhecimento inicial, são contabilizadas como ganho ou perda no resultado do exercício (Nota 15); **f. Imobilizado** - corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas e reconhecidas mensalmente pelo método linear às taxas anuais de: Imóveis - Edificações 2%; Equipamentos 20%; Móveis, Máquinas e Utensílios 10%; Veículos 20%; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável (Nota 16); **g. Intangíveis** - referem-se aos gastos com licenças de uso, implantações e desenvolvimentos de sistemas operacionais, cuja amortização se dará linearmente à taxa anual de 20% (Nota 17); **h. Redução ao Valor Recuperável ("Impairment")** - conforme definido no CPC 01, a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização, a saber: **1. Valores a Receber** - a redução ao valor recuperável é representada pelas parcelas mensais de contribuições de planos de previdência emitidas, mas não recebidas há mais de sessenta dias (Nota 9); **2. Títulos e Créditos a Receber - Direitos Resultantes da Venda de Imóveis** - a estimativa contábil para a redução é baseada em estudo técnico, considerando o histórico de perdas, os riscos de inadimplência e o resultado negativo entre o valor recebido e as receitas apropriadas (Nota 10); **3. Assistência Financeira a Participantes** - com base em levantamento dos contratos, que apresentem atraso superior há sessenta dias, considerados integralmente vencidos, descontadas as receitas a apropriar, em observância à Circular SUSEP nº 517/2015 (Nota 12); **4. Provisões Técnicas** - constituídas de acordo com as Normas Técnicas Atuariais e em consonância com as determinações e critérios estabelecidos na Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações (Nota 20); **5. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC e Benefícios a Conceder** - PMBC foram constituídas de acordo com as bases técnicas definidas nas normas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, com o intuito de fazer frente aos compromissos da Entidade com as Rendas, Pensões e Pecúlios revertidos em Renda baseada no Regime financeiro de Capitalização; **Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG** foi calculada de forma pro rata die, em função dos prêmios comerciais emitidos, desconsiderado os custos de aquisição diretamente relacionados ao valor da contribuição e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE); **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR**, para os planos de capitalização foram constituídas através dos percentuais determinado pelo Órgão fiscalizador. Para os planos de Pensão no regime financeiro de Capitais de Cobertura e Pecúlios em Repartições simples o valor apurado foi obtido em função da Nota Técnica Atuarial apresentada na avaliação de 31/12/2013; **Provisão Para Despesas Relacionadas - PDR** foi calculada para cobrir as despesas administrativas dos planos, bem como as custas judiciais; **Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL** foi determinada pelo saldo corrente de suas obrigações de forma integral e atualizada, de acordo com os índices de correção e juros determinados no Regulamento e Nota Técnica do plano contratado e abrange os valores de pecúlios e renda não pagos, inclusive os valores das causas judiciais em Lide; **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar** - PVR abrange os resgates e as devoluções das contribuições por qualquer motivo. É determinada pelo saldo dos valores e corrigidos pelo índice do plano contratado. **Provisão Complementar de Cobertura - PCC** constituída pela insuficiência nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos, conforme o valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com a regulamentação em vigor; **j. Encargos Trabalhistas** - constituídos pela provisão de férias e encargos sociais, calculados e reconhecidos mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados; **k. Outros Débitos** - Provisões Judiciais e Administrativas - Contingências Passivas, de acordo com os critérios definidos no CPC 25, reconhecidas quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Na determinação do reconhecimento da provisão são considerados a avaliação dos Assesores Jurídicos e os aspectos relacionados à natureza das ações judiciais e administrativas (Nota 21); **l. Outros Ativos e Passivos** - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos

Composição		Mês de referência 12/2018		Mês de referência 12/2017		
		Vencimento	Valor Custo Atualizado	Valor Contábil/Valor justo	% Aplicado	Taxa de Juros Contratada
Nível 1						
Títulos Disponíveis para Venda			7.096.744,63	7.096.744,63	59,07	
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos		-	7.096.744,63	7.096.744,63	59,07	-
Nível 2						
Títulos Disponíveis para Venda			2.657.026,91	2.657.026,91	22,12	
Títulos Privados - Renda Fixa		Até 180 dias	415.855,30	415.855,30	3,46	109,00%
Títulos Privados - Renda Fixa		De 181 até 365 dias	826.444,30	826.444,30	6,88	105,74%
Títulos Privados - Renda Fixa		Superior a 365 dias	1.399.067,89	1.399.067,89	11,65	112,27%
Outras Aplicações - Poupança			15.659,42	15.659,42	0,13	-
Títulos Mantidos até o Vencimento			2.260.036,13	2.260.036,13	18,81	
Títulos Privados - Renda Fixa		Até 180 dias	624.561,55	624.561,55	5,20	112,00%
Títulos Privados - Renda Fixa		Superior a 365 dias	1.635.474,58	1.635.474,58	13,61	119,53%
Total Aplicações Financeiras			12.013.807,67	12.013.858,91	100,00	

Hierarquia do valor justo: A tabela acima apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos identificados. **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **b) Movimentações das Aplicações** - demonstrado no quadro abaixo:

Movimentação		Saldo em 31.12.2017		Aplicações		Resgates		Rendimentos		Ajuste a Valor Justo		Saldo em 31.12.2018	
		Saldo		Saldo		Saldo		Saldo		Saldo		Saldo	
Quotas de Fundos de Investimentos		7.891.264,49		3.133.781,64		444.569,41		659.882,28		7.891.264,49		7.096.744,63	
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos		7.891.264,49		3.133.781,64		444.569,41		659.882,28		7.891.264,49		7.096.744,63	
Títulos de Renda Fixa Privados		4.526.633,75		4.437.396,33		303.840,61		549.577,45		4.526.633,75		4.917.114,28	
Certificados de Depósitos Bancários		4.139.688,56		2.451.884,77		(3.545.334,61)		247.455,74		4.139.688,56		3.293.941,53	
Recibos de Depósitos Bancários		211.461,01		300.000,00		-		22.992,04		211.461,01		534.104,29	
Letra Financeira		160.715,61		-		-		10.749,64		160.715,61		171.465,25	
Letras de Câmbio		-		1.662.332,26		(782.332,26)		21.943,79		-		901.943,79	
Poupança		14.768,57		23.179,30		(23.887,85)		1.099,40		14.768,57		15.659,42	
Total		12.417.898,24		7.571.177,97		(8.723.925,63)		748.410,02		12.417.898,24		12.013.858,91	

Movimentação		Saldo em 31.12.2016		Aplicações		Resgates		Rendimentos		Ajuste a Valor Justo		Saldo em 31.12.2017	
		Saldo		Saldo		Saldo		Saldo		Saldo		Saldo	
Quotas de Fundos de Investimentos		6.321.382,21		910.000,00		659.882,28		659.882,28		6.321.382,21		7.891.264,49	
Fundo de Investimento Especialmente Constituído - Títulos Públicos		6.321.382,21		910.000,00		659.882,28		659.882					

